

JUSTIFICATIVA

O projeto em tela visa preservar o Sítio de Porongos, localizado no interior do Município de Pinheiro Machado, declarando este local como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

Porongos foi palco, no final da Revolução Farroupilha, de um dos mais trágicos acontecimentos da História do Rio Grande do Sul e do Brasil – o massacre dos intrépidos negros farroupilhas, notabilizados como “Lanceiros Negros”, que lutaram pela República, na esperança da liberdade prometida e que, ao invés disso, foram barbaramente aniquilados na madrugada de 14 de novembro de 1844.

Uma das questões menos estudada e menos conhecida da *Revolução Farroupilha* é a contribuição dos negros nessa luta e o destacado papel que nela tiveram os célebres *Lanceiros Negros*. Tudo de acordo com a conhecida “invisibilidade” a que costumam ser relegados os negros na história oficial do nosso país e do nosso estado.

É preciso dizer que desde o seu início, a luta dos farroupilhas contou com importante participação de negros e mulatos. Assim, são os próprios imperiais quem informam – poucos dias após a deflagração da rebelião – que “*A força dos revoltosos que se apresentaram próximo à Azenha e que depois entraram na Cidade de Porto Alegre, não excedia de 80 a 90 pessoas, índios, negros e mulatos, a maior parte armados de lanças.*” (AHRGS-3, 1985, p.131). E, no dia em que começa a revolta, o Dr. Hillebrand, líder dos colonos alemães de São Leopoldo informa: “*passo a comunicar aos meus patrícios alemães que um partido, pela maior parte composto de negros e índios, está ameaçando as autoridades desta Província*” (BENTO, 1976, p. 172).

Giuseppe Garibaldi – participante ativo nos primeiros anos da *Revolução Farroupilha* – relata em suas memórias a grande participação dos negros desde o início da luta: “*A gente que me acompanhava era uma verdadeira chusma cosmopolita, composta de homens de todas as nações e de todas as cores. Os americanos na sua maior parte eram negros livres ou mulatos e, via de regra, os melhores e mais fiéis.*” (GARIBALDI, 1910, pp. 66-67) E, mais adiante: “*Nossa infantaria, na qual todos, menos os oficiais, eram homens de cor, era excelente e ansiava o combate geral.*” (GARIBALDI, 1910, p. 131). Em inúmeras outras passagens de suas memórias, Garibaldi nos dá o seu testemunho sobre o valor e a contribuição dos combatentes negros na luta dos republicanos gaúchos.

Também o historiador norte-americano Spencer Leitman nos diz que logo após a captura de Pelotas, em 7 de abril de 1836, o chefe farrapo João Manuel de Lima e Silva libertou e armou centenas de escravos:

Terminada a batalha, os Farrapos armaram cerca de 400 escravos que haviam caído em suas mãos, pois sentiam a necessidade de aumentar seu exército, e teriam libertado a todos se os charqueadores não tivessem fugido para Rio Grande levando os que com eles tinham ficado. (...) João Manuel foi o principal promotor do alistamento dos libertos, mestiços errantes e escravos no exército republicano que estava se formando. Alguns meses antes de sua vitória em Pelotas, ele havia organizado alforriados numa unidade de infantaria. (DACANAL, 1985, p.64).

Contestando críticas a essa sua decisão, João Manuel destacou a bravura dos negros e sua disciplina militar já demonstradas na Bahia, durante a Guerra de Independência, e em Pernambuco, em 1824. Em correspondência a Domingos José de Almeida, Ministro do Tesouro dos Farrapos, João Manuel defendeu a sua iniciativa argumentando que os libertos haviam passado airoso pelo teste das batalhas, combatendo ao lado de orgulhosos veteranos nas Campanhas Cisplatinas e no glorioso 12 de Setembro, salvando a “honra do exército” num recente combate entre farrapos e legalistas. Ao mesmo tempo, incentivou seus companheiros a que “*umentassem o número desses corpos de infantaria o mais possível*” antes que o Império enviasse reforços.

Em 12 de Setembro de 1836, foi constituído o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, com mais de 400 homens, um pouco antes da batalha de Seival, onde jogou importante papel na vitória contra os imperiais:

[...] complementando, aliás, o que já havia sido planejado e realizado, em parte, desde Pelotas, quando, por exemplo, havia sido decretado para sempre a libertação dos escravos que assentassem praça,

“dando serviços à Pátria”. Com elementos pessoais dessa origem fora criado em 12 de setembro o 1º Corpo de Lanceiros da primeira Linha, classificado de “incomparável” por Garibaldi, em suas memórias, constituído de praças escolhidos entre os mais seletos domadores de cavalos da Província. Peritíssimos cavaleiros, [...] “eminente sôbrios” patenteavam uma “inaudita coragem” os pretos a quem a Revolução “abrias as portas da cidadania política e civil”, no dizer de “O Jornal de 9 de outubro de 1838” (FAGUNDES, 1989, p.188).

Os *Lanceiros Negros* eram negros livres ou libertados pela República – com a condição de lutarem como soldados pela causa republicana – ou por ex-escravos pertencentes aos imperiais. Em sua grande maioria, foram recrutados entre os negros campeiros e domadores das Serras dos Tapes e do Herval (Canguçu, Piratini, Caçapava, Encruzilhada, Arroio Grande), na Zona Sul do Estado. Inicialmente comandados pelo Tenente Coronel Joaquim Pedro Soares, mais tarde tiveram por chefe o Major Joaquim Teixeira Nunes. Participaram da expedição a Laguna, jogando importante papel na constituição da República Juliana. Eram a tropa de choque do exército farroupilha. Foi tão importante o seu papel que, em 31 de agosto de 1838, foi formado o 2º Corpo de Lanceiros Negros, com 426 combatentes.

Não havendo o Decreto de 21 de abril do corrente ano, que deu nova numeração aos Corpos de Cavalaria de 1ª Linha do Exército, declarado o número em que deverá ficar o Corpo de Lanceiros da mesma Linha, que fora anteriormente criado com o número de Primeiro; e ocorrendo achar-se no Departamento de Missões uma crescida Força também de Lanceiros reunida e organizada com alguns Oficiais, e em estado de se formar outro Corpo desta Arma, que se faz preciso naquele Ponto para sua defesa: (...) Art. 1.º Fica criado o dito Corpo de Lanceiros de primeira Linha naquele Departamento de Missões, que se denominará Segundo; ficando o outro já criado com a mesma numeração que tinha de Primeiro (O POVO, 1838, p. 1).

Referindo-se aos Lanceiros Negros, Cláudio Bento nos diz:

Excelentes combatentes de Cavalaria entregavam-se ao combate com grande denodo, por saberem como verdadeiros filhos da liberdade que esta, para si e para seus irmãos de cor e libertadores, estaria em jogo em cada combate [...] Manejavam com grande habilidade suas armas prediletas – as lanças. Faziam a guerra à base de recursos locais. [...] A maioria montava a cavalo quase em pêlo. [...] Eram armados também com adaga ou facão e, em certos casos, algumas armas de fogo [...] Os seus grosseiros ponchos de lã – bicharás –, serviam-lhes de cama, cobertor e proteção ao frio e à chuva. Quando em combate a cavalo, enrolado no braço esquerdo, o poncho servia-lhes para amortecer ou desviar um lançaço ou um golpe de espada.[...] Eram habilíssimos no uso das boleadeiras como arma de guerra [...] (BENTO, 1976, pp.169-171).

Ao narrar o cerco de Porto Alegre pelas tropas farroupilhas, Calvet Fagundes nos informa da grande participação dos negros libertos também nas tropas de infantaria: *“Bento Gonçalves deixava-se ver nas linhas mais avançadas do sítio, apresentando-se, no dizer das crônicas da época, ‘em frente das trincheiras, com 400 infantes, quase todos pretos, e com igual número de cavalaria’.*” (FAGUNDES, 1989, p. 225).

Em resposta a essa crescente participação de combatentes negros nas tropas republicanas, os imperiais decretaram em novembro de 1838 a “Lei da Chibata”, determinando que todo “escravo” que fosse preso e fazendo parte das forças rebeldes, deveria receber de 200 a 1.000 chibatadas. Ao mesmo tempo, prometiam a carta de alforria para todo “escravo” rebelde que se entregasse às forças imperiais. O revide dos republicanos foi exemplar e extremamente elucidativo do pensamento majoritário entre os farroupilhas em relação à escravidão:

Caçapava, 11 de maio de 1839 – 4º da Independência e da República Rio-Grandense.

Tendo o tirânico Governo do Brasil, por aviso da Repartição da Justiça, de 15 de novembro de 1838, determinado ao intruso e intitulado Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, a aplicação de 200 a 1000 açoites a todo homem de cor, que livre do cativo, em conformidade com as leis desta República, tiver feito parte de sua força armada e vier a cair prisioneiro das tropas chamadas legais, despreza aquele imoral governo toda a espécie de processo e formalidade judiciária para a qualificação daquele suposto crime. Foi em obediência às sagradas leis da humanidade, luzes deste século e aos verdadeiros interesses dos cidadãos de Estado, é que o Governo [da República Rio-Grandense] passou a libertar os cativos aptos para a profissão das armas, oficinas e colonização, a fim de acelerar, de pronto, a emancipação dessa parte infeliz do gênero humano. E, isso, com o grave sacrifício da Fazenda Pública,

pois os que exigiram a indenização desses cativos, a receberam de pronto ou receberam documento para indenização oportuna. O Presidente da República para reivindicar os direitos inalienáveis da humanidade, não consentirá que o homem livre rio-grandense, de qualquer cor com que os acidentes da natureza o tenham distinguido, sofra impune e não vingado, o indigno, bárbaro, aviltante e afrontoso tratamento, que lhes prepara o infame Governo Imperial. Em represália à provocação decreta:

Artigo Único: Desde o momento em que houver notícia certa de ter sido açoitado um homem livre de cor a soldo da República, pelo Governo do Brasil, o General Comandante de Exército ou o comandante de qualquer Divisão tirará a sorte entre os oficiais imperiais, de qualquer patente, nossos prisioneiros e fará passar pelas armas aquele oficial que a sorte designar. Domingos José de Almeida. Ministro e Secretário de Estado de Negócios do Interior, Fazenda e Justiça. (O POVO, 1839, p. 274).

Por este decreto fica claro, em primeiro lugar, que os farrapos não consideravam os negros que lutavam nas tropas republicanas como escravos, e sim como homens livres, e que a libertação de escravos, mediante pagamento a seus proprietários, não era feita somente em relação aos que lutavam nas tropas farroupilhas, mas também para trabalhar nas “oficinas e colonização”, “a fim de acelerar, de pronto, a emancipação dessa parte infeliz do gênero humano”.

Referindo-se à criação do Corpo de Lanceiros Negros e à sua importância na Guerra dos Farrapos, o historiador imperial Tristão de Araripe Alencar, severo crítico dos farrapos, diz:

[...] agora a república adicionava esta força permanente, organizando o batalhão, que denominou de lanceiros, composto dos escravos, que por violência os rebeldes arrebatavam das estâncias dos legalistas, ou que voluntariamente procuravam os estandartes da rebeldia, convidados pela esperança da libertação, ou que compravam aos possuidores amigos do governo republicano. De três fontes, pois, provinham os escravos alistados no exército rebelde: extorsão aos adversários, convenção com amigos, convite ao oprimido! Foi o primeiro meio, que trouxe às armas da rebeldia o maior número de escravos. (...) na escravidão achariam os rebeldes poderoso auxílio para manter a causa que eles denominavam da liberdade (ARARIPE, 1986, pp.49-50).

Araripe percebe, com acuidade, o importantíssimo papel que os negros libertos jogavam na luta farroupilha, visto que “proclamando a liberdade dos escravos que viessem defender a liberdade dos republicanos, as vítimas da opressão social afluíram e puderam os generais da república ter um certo número de homens que formavam a base da sua força militar”. Ao mesmo tempo, regozija-se do fato de o Rio Grande do Sul não ter uma numerosa escravatura; pois “se assim não fosse, teria a rebeldia encontrado possante milícia para a sua obra separatista; e muito provavelmente a separação teria se consumado” (ARARIPE, 1986, pp. 86-87).

Dante de Laytano destaca o engajamento dos negros libertos na luta farroupilha:

Os farrapos encontraram nos negros, não o soldado mercenário e passivo, mais o aliado, numa campanha armada pela libertação de seu Estado [...] Foram eles elementos de colaboração, entraram com os primeiros insurretos, estiveram a par dos segredos e das senhas revolucionárias tomaram parte na primeira avalanche que se jogou contra o Império (LAYTANO, 1983, p. 210).

Leitman afirma que “quando a Guerra terminou, os Farrapos tinham duas divisões de negros em suas fileiras, uma de infantaria e outra de cavalaria, totalizando mil homens. De acordo com os cálculos do exército imperial, os negros compunham de um terço à metade do exército rebelde” (DACANAL, 1985, p. 65). Leitman refere-se ainda, à grande participação de outros setores empobrecidos na luta dos farrapos: “Além dos escravos, outros grupos de párias sociais preencheram as brechas do exército dos Farrapos. Eles vinham em busca de aventura e de fortuna geralmente. Não raro, porém, eram indivíduos que apoiavam a formação de um Estado republicano federado. Gaúchos, índios, negros livres e escravos fugidos do Uruguai, onde estavam sujeitos às práticas de recrutamento forçado dos coronéis uruguaios e brasileiros, que ali operavam com o objetivo de abrir uma segunda frente contra os rebeldes” (DACANAL, 1985, p.68). E, em nota de pé de página, nos confirma a participação dos ex-escravos também “em tarefas como fabricação de pólvora, cultivo de fumo e erva mate que o governo havia implantado” (DACANAL, 1985, p. 69).

Em contrapartida, o desprezo escravista e racista dos imperiais em relação aos negros ressalta nas palavras de Saturnino de Souza e Oliveira Macedo, presidente do Rio Grande do Sul, ao comentar a sangrenta vitória imperial em São José do Norte:

O inimigo repellido teve 200 mortos e nós 100; mas ele teve 200 escravos mortos e nós tivemos, além de bons soldados e inferiores, dois distintos capitães do 2º batalhão, um tenente coronel de Artilharia, um capitão-tenente da armada (...) E, porventura, cada um desses beneméritos oficiais deve entrar na balança com um dos negros de Bento Gonçalves, insurreccionados contra seus senhores? Deveria um só deles ser sacrificado pelos 200 negros, sem que se ganhasse outra vantagem? (OLIVEIRA, 1986, p.121).

Também é importante destacar que os farrapos tinham entre seus principais líderes dois mulatos: o mineiro Domingos José de Almeida - Ministro do Tesouro da República de Piratini - e o carioca José Mariano de Mattos - por duas vezes Ministro da Guerra e da Marinha e Presidente da República Farroupilha entre 13 de novembro de 1838 e 14 de março de 1841.

Foi Mariano de Mattos, abolicionista convicto, quem apresentou na Assembléia Constituinte – em nome da maioria (formada por Bento Gonçalves, Mariano de Mattos, Domingos José de Almeida, Antônio Souza Neto, José Gomes Portinho, Ulhoa Cintra e outros chefes republicanos) – um projeto que abolia o cativo, a semelhança do que fora feito no vizinho Uruguai. A reação da minoria – capitaneada por Antônio Vicente da Fontoura, e secundada por Davi Canabarro e Onofre Pires – foi tão violenta, ameaçando a uma irremediável cisão dos farroupilhas, que inviabilizou a sua aprovação:

[...] numa das sessões, José Mariano, como representante e definidor dos princípios a que se atinham os fiéis de Bento Gonçalves, apresentou à assembléia um projeto que abolia o cativo, semelhante ao que se fizera no vizinho Uruguai. Pois bem, assistiu a extremado e nefando espetáculo. A minoria, acaudilhada por Antônio Vicente opôs-se, irreduzível e fera, deixando-nos patente, este, com a sua costumeira, penalizadora truculência, as frágeis razões em que se apoiava, para obstar a “liberdade geral dos escravos”. Merece apontado o triste aranzel, visto como se presta, em maneira extremamente esclarecedora, para atestar a que móveis se prendiam os gestos e feitos da oposição, na generalidade dos casos. No “Diário” que estava escrevendo, em determinada altura Antônio Vicente alude a este episódio parlamentar: depois de referir-se “à alma vil e fraca do mulato José Mariano” e “ao mofino Bento”, “dois demônios”, “desprezados por todo homem decente”, assevera que o plano emancipador apresentado por “esse mulato”, “em plena assembléia”, tinha “o fim sinistro de tudo confundir para, no inicio da geral consternação, roubar-nos mais amplamente e evadir-se para o pais vizinho” (VARELA, 1933, p.16).

Ficava patente a divisão dos farroupilhas em relação à abolição da escravidão, ainda que entre uma boa parcela de seus líderes prevalecesse a opinião favorável a ela. As dificuldades da luta, porém, não permitiram sua concretização. Fruto dessas circunstâncias, o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense não estabeleceu a abolição generalizada da escravidão, mas definiu em seu artigo 6º como “*cidadãos riograndenses*”:

1.º - Todos os homens livres nascidos no território da República. 2.º - Todos os brasileiros que habitavam no território da República desde o memorável dia 20 de Setembro de 1835, e têm prestado serviços à causa da revolução ou da independência, com intenção de pertencer à nação riograndense. (...) 5.º - Todos os estrangeiros que têm combatido ou combaterem, na presente guerra da independência, contanto que residam dentro do país e tenham a intenção de fixar nele seu domicílio (ABREU, 1930, pp. 42-43).

O que permitia considerar os ex-escravos que combatiam nas hostes farroupilhas como cidadãos riograndenses.

Anos mais tarde, o General Portinho comentaria: “*A República nunca proclamou a liberdade da escravatura (o que foi um erro); se a tivesse proclamado poderia formar um exército de libertos de mais de 6.000 homens porque na Província os havia.*” (PORTINHO, 1990, p.37).

Em suas “*Memórias Econômico Políticas*”, escritas em 1817 e publicadas em 1822, o charqueador Antônio Gonçalves Chaves, homem letrado, simpático à causa farroupilha e amigo de Domingos José de Almeida, apontava a escravatura como “*inconciliável com a economia política moderna*” (CHAVES, 1978, p. 59). Ao mesmo tempo em que faz uma crítica moral à escravidão, Chaves chama a atenção para a pouca produtividade do trabalho escravo, a sua inadequação à indústria, à utilização da divisão do trabalho e ao uso de tecnologias mais avançadas:

Não posso de forma alguma divisar a menor vantagem para as nações modernas por via da escravidão [...] Como há de um homem livre associar-se na cultura da terra ou em outro qualquer ramo de trabalho com um homem cativo [...]? E se é só a classe escrava que privativamente deve fazer o trabalho da agricultura e artes pesadas, como se poderão adiantar os produtos do Brasil? Não pode, com este

terrível sistema, prosperar a agricultura, nem pode nascer a indústria [...]. Nada pode cooperar mais eficazmente para os trabalhos produtivos de uma nação do que a subdivisão do mesmo trabalho. [...] o escravo é ao mesmo tempo lacaio, boleiro ou carpinteiro [...]; como poderá haver subdivisão do trabalho? [com a] proibição absoluta na importação de escravos, a indústria irá aparecendo entre nós. [...] a mesma classe escrava subministrará, no progresso de sua emancipação, braços não manietados para os diferentes ramos em que forem mais peritos. (CHAVES, 1978, pp. 58-77).

Também é digna de registro a nota que o jornal Farroupilha *O POVO* publicou em resposta a um leitor de Arroio Grande que denunciava a introdução de escravos no Rio Grande do Sul:

A censura contra um tráfico tão escandaloso, tão bárbaro e tão desumano, amaldiçoado de Deus e dos homens, todos os jornais do mundo a tem feito; lançaram-se contra ele todos os filósofos e todas as ilustrações; diferentes governos celebraram com o Brasil tratados para o abolir.”[...] Há muito tempo que a opinião pública, a moral e a religião gritam altamente contra contrabando tão ignóbil e tão indigno do século XIX, mas inutilmente! [...] Mas não importa. O tempo porá remédio a tudo. O dia de triunfo pela República não tarda e logo que o Sol desse dia querido tiver purificado com seus raios vivificadores a terra de Santa Cruz, as Leis e os Tratados não serão mais violados. [...] Novos sistemas introduzirão novas coisas e a humanidade tão cruelmente ofendida terá seus dias de alegria. (O POVO, 1839, p. 2).

Expressando, ao mesmo tempo, a permanente contradição dos farroupilhas frente à questão servil, o mesmo jornal *O POVO* estampava em suas páginas, em muitas de suas edições, anúncios de compra e venda de escravos...

Analisando a participação e a situação dos negros na *Revolução Farroupilha*, o sociólogo Clóvis Moura afirma:

Não tendo surgido a Abolição em 1822, como esperavam, os escravos não perderam a esperança. Continuaram, como já vimos, se engajando nos movimentos subseqüentes. Na Revolução Farroupilha eles se sentirão à vontade porque, afora a insurreição dos alfaiates, na Bahia, nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista como o chefiado por Bento Gonçalves. A participação do escravo tinha um caráter racional, lógico. Não havia a contradição existente nos demais acontecimentos quando eles participavam das lutas por ordem dos seus senhores, conforme já vimos. Além do mais, como não pesava muito fortemente na economia da região conflagrada, o escravo se transformou em soldado rapidamente (...). As próprias autoridades farroupilhas se encarregavam de emancipá-lo. (...) O tipo da economia pastoril prescindia do escravo africano. Os trabalhos agrícolas, especialmente da erva-mate, não eram de molde a exigir uma concentração de braços escravos como a que a economia dos engenhos ou da mineração impunha. (...) Daí não terem as camadas dirigentes da região conflagrada interesse em manter o estatuto da escravidão, tão acirradamente como aconteceu no Nordeste, onde ela era o esteio em que se escorava toda a economia regional (MOURA, 1988, pp. 97-98).

No mesmo sentido manifesta-se Júlio Chiavenato:

Era fácil recrutar escravos, pois eles até esperavam a chegada dos farrapos para entrar num exército que os ‘libertaria’. Lutar ao lado dos farroupilhas era uma oportunidade concreta de liberdade para os escravos. Não faltavam negros que fugiam dos seus senhores no Uruguai para engrossar as forças gaúchas” (CHIAVENATO, 1988, p. 51).

Em processo realizado em Porto Alegre, no ano de 1837, é reveladora a carta do dono de um escravo fugido, acusando um velho de haver-lhe dado refúgio:

Este coito e apoio dado pelo tal velho, a companhia d'outros mulatos também do seu ofício, á mistura com as danadas e perniciosas máximas espalhadas com a detestável Revolução penetraram não só em muitos brancos, mas na classe mista forros e escravos, que desde logo se julgaram libertos! (MOTTA, 1985, p. 132).

Segundo a historiadora Margaret Bakos, as instruções de alistamento e recrutamento da Secretaria de Negócios de Guerra do Governo Republicano de 1837, determinavam que a seleção dos candidatos devia ser feita tendo por base sua boa conduta, robustez, patriotismo e adesão à causa republicana. Eram recrutados solteiros, entre 18 e 35 anos, brancos, pardos, índios e pretos libertos. Um cidadão podia eximir-se de servir na campanha oferecendo um escravo negro, com carta de alforria, para lutar em seu lugar. Muitas pessoas teriam testemunhado, após o conflito, que os farroupilhas haviam incentivado a insurreição dos escravos negros, com o objetivo de incorporá-los nas fileiras revolucionárias:

Agostinho José de Menezes denunciou o fato em Pelotas, onde, segundo ele, cerca de 304 escravos negros foram desviados de seus proprietários pelos farrapos em troca de promessas de liberdade. [...] Azevedo e Souza relata fatos que implicam os farrapos com insurreições de escravos negros em Pelotas [...] Manoel Jubo Tureiro Barreto e José Ignácio do Saldo confirmam tudo e Joaquim José Maria Panot ainda acrescenta que os farrapos fizeram grandes reuniões da escravatura, principalmente na cidade de São Francisco de Paula (DACANAL, 1985, pp. 90-91).

Caldre e Fião, intelectual e escritor do Rio de Janeiro, confirma: “Os rebeldes (farrapos) chamaram ao seu exército os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. [...] Durante a guerra, os senhores sofreram estrondosas vinganças e conheceram bem o valor destes inimigos.” (CESAR, 1976, p. 3).

Referindo-se a uma primeira tentativa de negociar a paz, no final do ano de 1840, entre o Rio de Janeiro e os farroupilhas, Tristão de Araripe Alencar nos informa que Bento Gonçalves apresentou uma proposta onde exigia “a liberdade dos escravos que estão ao nosso serviço” como uma das primeiras condições (ARARIPE, 1986, p. 111). Como os imperiais não concordaram com essa exigência, “no Rio Grande continuaria a guerra, não podendo voltar aos grilhões os negros que há cinco anos lutavam pela liberdade na América.” (MACEDO, 1995, pp. 38-39). Ulhôa Cintra, consultado, respondeu de forma idêntica: “Homens que ombreamos conosco na defesa da liberdade, não podem voltar ao cativo” (MACEDO, 1995, p. 39).

Alguns anos após a conclusão da Guerra dos Farrapos, o mesmo Araripe, insuspeito de qualquer simpatia pelos rebeldes farroupilhas, reconhecerá:

Em um ponto, porém, sempre foram coerentes e leais. Servindo-se dos escravos para defender a liberdade por eles apregoada, não os abandonaram no último momento da luta, e esforçaram-se com o governo imperial para que esses infelizes não voltassem ao cativo. Embora o governo imperial reconhecesse o perigo da legitimação da alforria dos que com as armas na mão conquistavam, em um país cujo primeiro elemento da sua produção era o escravo, [...] os soldados da república, recrutados na escravidão, conservaram no Império a condição de liberdade por exigência dos caudilhos da rebelião (ARARIPE, 1986, p. 10).

Deixando de lado a falta de percepção de Araripe em relação às sérias diferenças de opinião entre os líderes farroupilhas acerca da questão servil (que levará à traição de Porongos), o seu testemunho é incontroverso. E o próprio Antônio Vicente da Fontoura, escravista empedernido, será obrigado a colocar, entre as exigências republicanas para fazer a paz uma cláusula assegurando que “são livres, e como tal reconhecidos, todos os cativos que serviram na República.”

À medida que aumentavam as possibilidades de pacificação o governo imperial começou a se preparar política e militarmente para isso. O Ministro da Guerra José Clemente Pereira (1841-1842), preocupava-se com os problemas diplomáticos e militares resultantes se um grande número de ex-escravos armados procurasse asilo para continuar a guerra, a partir do Uruguai. Os negros farrapos haviam ficado mais coesos, com uma ideologia precisa e militante, que podia conduzi-los a procurar a proteção do imprevisível Frutuoso Rivera.

Para evitar uma guerra com o Uruguai, o ministro perguntou aos seus conselheiros se seria necessário estabelecer o “terrível precedente” de premiar escravos dando “liberdade pelo crime de insurreição”. A pacificação do Rio Grande do Sul, então, poderia incluir a resistência no Uruguai, o que levaria à guerra. Ainda mais, uma aventura imperial no Uruguai poderia provocar graves problemas diplomáticos com a Argentina de Juan Manuel de Rosas (DACANAL, 1985, p. 72).

A mesma questão preocupava aqueles chefes farrapos contrários à abolição da escravidão – representados principalmente por David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura – que haviam assumido as principais funções civis e militares da República, afastando Bento Gonçalves, Domingos de Almeida e Antônio Souza Neto, e que agora negociavam a paz com Caxias. Por um lado, era impossível obter um mínimo de consenso para concertar a paz sem garantir a liberdade aos negros libertos, que há dez anos lutavam pela República Além disso, seria muito arriscado o retorno dos combatentes negros ao trabalho servil, o que poderia levar o fermento da rebelião para as senzalas. Por outro lado, para a ordem escravocrata reinante, também era perigoso manter livres um grande contingente de negros com experiência militar.

É nesse contexto que acontece, na madrugada do dia 14 de novembro de 1844, a “Surpresa de Porongos”, onde os Lanceiros Negros – previamente desarmado por Canabarro e separados do resto das tropas – foram atacados de surpresa e dizimados pelas tropas imperiais comandadas pelo Coronel Francisco Pedro de Abreu (*Moringue*), ao que tudo indica, através de um conluio entre David Canabarro e o Duque de Caxias, para livrarem-se dos negros em armas e forçar a assinatura da Paz de Ponche Verde.

O combate de Porongos, que mais foi uma matança de um só lado do que peleja, dispersou a principal força republicana, e manifestou estar morta a rebelião. [...] Em Porongos, pois, a revolução expirou. Foi daí que seguiu-se o entabulamento das negociações, que deram tranqüilidade ao Rio Grande do Sul. (ARARIPE, 1986, p. 211).

De acordo com Spencer Leitman:

Caxias confiava no poder do ouro. Com poderes ilimitados e verbas consideráveis para sobrepor-se aos “obstáculos pecuniários” que surgissem ao negociar com os líderes farrapos, ele tentou um acordo com David Canabarro, o principal general farrapo, para terminar a guerra. De comum acordo, decidiram destruir parte do exército de Canabarro, exatamente seus contingentes negros, numa batalha pré-arranjada, conhecida como a “Surpresa dos Porongos”, em 14 de novembro de 1844 (DACANAL, 1985, p. 75).

Em suas instruções secretas a Chico Pedro, comandante imperial da operação, Caxias recomenda:

Reservadíssimo: [...] Regule V. Sa. suas marchas de maneira que no dia 14 às duas horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro que estará nesse dia no cerro dos Porongos [...] Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta é das pessoas a quem deve dar escapula se por casualidade caírem prisioneiras. Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e do seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sobre [sic] pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos, pois V. Sa. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta província [...]. 9 de novembro de 1844. Barão de Caxias. (AHR-1, 1983, pp. 30-31). [A transcrição completa desta carta, guardada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontra-se em anexo, ao final desse trabalho].

Canabarro cumpriu sua parte na barganha e separou os negros farrapos do resto da tropa. Isolados e desconhecendo o conluio, os negros farrapos lutaram bravamente, sendo massacrados:

A “Surpresa dos Porongos” abriu o caminho para a Paz de Ponche Verde alguns meses depois. Os negros farrapos haviam sofrido um grande revés. Oitenta de cada cem mortos no campo de batalha eram negros. A “Surpresa dos Porongos” permaneceu um segredo bem guardado por muitos anos. Domingos José de Almeida foi o primeiro a questionar a conduta de Canabarro, levando a cabo uma investigação pessoal por quase vinte anos depois da batalha. Ele desvendou o segredo, mas sua confirmação, através do uso de correspondência oficial, não foi obtida (DACANAL, 1985, pp. 75-76).

Segundo diversos relatos, David Canabarro acampou nas imediações do cerro dos Porongos – atual município de Pinheiro Machado – com cerca de 1.200 homens: “*João Antônio acampado a margem esquerda do arroio dos Porongos, em bom campo; a infantaria desarmada, na margem do dito arroio, e a cavalaria de Neto, mais além em campo bom.*” (TABORDA, 1985, p. 81).

Alfredo Varela, o grande historiador da *Revolução Farroupilha*, diz que “*uma partida farrapa notificou a tempo a Canabarro que o terrível surpreendedor ia sobre seu arraial, e foi ao ter a parte da indicada unidade que arrotou a basófia [...] que todo o Rio Grande conhece: ‘O Moringue sentindo a minha catinga não vem cá’.*” O General Netto, preocupado com a situação, foi à presença de Canabarro para dizer que se comentava a aproximação do inimigo. Segundo Varela, ao não ser escutado por este, apesar de insistir, pois informantes de sua confiança haviam detectado a marcha oculta de Moringue, preparou-se para a eventualidade do ataque (VARELA, 1933, pp. 247-248).

Na madrugada do dia 14 de novembro de 1844, Chico Pedro – o “Moringue” – caiu sobre as tropas farrroupilhas “desprevenidas”, procurando aniquilar principalmente a infantaria negra desarmada por Canabarro. Este e Vicente da Fontoura escapam incólumes:

Um esquadrão de 40 homens [...] cai de chofre sobre o exército desprevenido [...] Correm os soldados de todos os pontos, atônitos e assombrados, enquanto embalde procuram alguns oficiais organizar as fileiras. – É o Moringue! É o Moringue! É o grito de todas as bocas. A onda humana, que se espalhou em várias direções, tentava ganhar distância para se refazer [...] Mas eis que a onda se despedaça de encontro a uma barreira inesperada. É o próprio Chico Pedro que, emboscado com o grosso de suas forças, esperava o resultado do ataque para surgir pela frente dos que fogem. A situação é terrível. Os farrapos, passado o primeiro momento de estupor, cobram ânimo e dispõem-se a morrer lutando. Teixeira, o bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia ao próprio Garibaldi, reúne os seus lanceiros, o 4º regimento de linha e alguns esquadrões afrouxam, mas os imperiais se multiplicam, surgem de todos os pontos. Segunda carga, mais impetuosa, mais desesperada, é também repelida. É este o sinal da debandada geral. [...] Apenas alguns grupos mantêm-se resistindo e neles o combate se trava a arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo [...] é uma carnificina sem nome, um desbarato completo. Um pouco mais e toda resistência se abate.(CAGGIANI, 1992, pp. 137-138).

Muitos anos depois, em 1898, Manuel Alves da Silva Caldeira denunciaria que, na véspera do ataque, o Cel. Francisco Pedro Moringue acampou nos fundos da estância de Dona Manuela, irmã do General Netto. Esta pediu ao seu vizinho Joaquim Pereira para ir até o acampamento de Canabarro levar-lhe essa informação. Canabarro teria dito que ele voltasse para casa e não espalhasse notícias aterradoras no acampamento. A seguir deu ordem ao quartel-mestre para que recolhesse o cartuchame da tropa de negros libertos:

Canabarro, de combinação com Caxias e Moringue, deu entrada a Moringue em seu acampamento, para derrotar a força comandada pelo Gen. Neto, menos a do Gen. João Antônio da Silveira que estava acampado em lugar que ficou livre do ataque. Moringue [...] antes de clarear o dia estendeu a cavalaria em linha na frente do acampamento de Canabarro e mandou tocar a alvorada [...] Canabarro ouvindo toque de alvorada montou a cavalo com o seu estado-maior e passou o arroio do dito passo e apresentou-se à frente da força de João Antônio, o qual estava furioso por ver a matança que o inimigo fazia em seus companheiros de armas sem socorrê-los, por Canabarro não consentir. Canabarro ficou naquele dia nos campos dos Porongos e pernoitou e no outro dia marchou serenamente para o campo do Contato, ficando Neto derrotado completamente por causa do péssimo terreno escolhido (a propósito) por Canabarro (WIEDERSPAHN, 1980, pp. 74-75).

Referindo-se a esse episódio, os autores da obra “A Revolução Farrroupilha – história documental para a juventude” afirmam que o ataque “deixou em campo 100 mortos, 14 feridos graves e mais de 300 prisioneiros. Os Imperiais tomaram os armamentos, mais de 1.000 cavalos e o arquivo de Canabarro. A este acusam de ter traído os rebeldes; que sua displicência foi proposital, para que com esta arrasadora derrota os Farrroupilhas aceitassem definitivamente a paz” (AHRGS-2, 1985, p. 109).

Moacyr Flores, em seu livro “Modelo político dos farrapos”, endossa essa acusação: “a infantaria republicana, formada por negros, foi dizimada porque na véspera David Canabarro ordenara que lhes tirassem o cartuchame.” (FLORES, 1982, p. 132) “Morreram mais de 100 negros ex-escravos, removendo-se assim um dos empecilhos para que o Império aceitasse paz, pois Caxias tinha instruções de não conceder liberdade aos ex-escravos que lutaram como soldados na República Riograndense” (FLORES, 2001, p. 482).

E Calvet Fagundes informa que “no combate de Porongos [...] 80% dos mortos que ficaram no campo de batalha eram negros que haviam dado o alarma, ao empenhar-se a ação e que salvaram a honra do Exército Republican.” (FAGUNDES, 1989, p. 252).

Alfredo Varela, o grande historiador da Revolução Farrroupilha acusa abertamente David Canabarro de traição:

Foram, no entanto, as cópias de suas cartas (...) que me deram a quase convicção de que David era um criminoso, ficando eu capacitadíssimo de que não passava de tal, depois de ouvir a quatro contemporâneos insuspeitos, incapazes do mais leve deslize, em pretório ou fora dele: José Custódio Alves

de Sousa, Manuel Alves da Silva Caldeira, João Amado e José Gomes Jardim, *Beco de alcunha. Unânime o voto condenatório, sendo o do último o que acabou com as minhas dúvidas, porque pertenceu ao círculo da minoria, isto é, do que tinha em David o seu lord-protector. Sobre haver sido confrade deste, Beco lhe fazia inteira justiça, e consta da presente obra um dos juízos mais favoráveis a respeito do caudilho. No capítulo do incidente calamitoso, que impediu a continuação da luta, as suas declarações eram terrivelmente acusadoras. No entanto, afirmava “não acreditar que Canabarro se vendesse. Acreditava que, querendo este a todo transe fazer a paz, decidira desfazer-se daqueles que se opunham. Provam-no essas operações (adiu) que ele determinou, dividindo e enfraquecendo as forças”, etc. “Até hoje brigariam, se não fosse a traição. Havia ainda uns três mil homens em armas”, “gente magnífica”, no conceito de um legalista. [nota nº 298 - há depoimentos do capitão Felisberto Cândido Pinto Bandeira mui parecidos ao de Beco, menos em um ponto. Diz que a maioria “não queria a paz, que Canabarro se deixou derrotar em Porongos para fazer uma paz que lhe desse posição e especialmente fortuna, porque com posições não se importava muito, mas era ambicioso de dinheiro” (VARELA, 1933, p. 500).*

Também é muito suspeito o comportamento de Antônio Vicente da Fontoura – indicado por Canabarro para as conversações de paz. Na noite de 13 de novembro, que antecedeu o massacre de Porongos, ele anotou no seu diário: “Amanhã é a minha marcha para o Rio de Janeiro. Devo primeiro ir ao campo do Barão de Caxias para reunir-me com o outro que ele manda de sua parte”. Em 18 de novembro, ele volta a escrever, como se nada houvesse acontecido:

Não quero (...) fazer a descrição do revés que tivemos a 14 porque o Gabriel vai e ele que o conte. (...) A 16 saí do nosso acampamento, para prosseguir nas negociações da paz e chegando a este ponto, encontrei o Barão nos mesmos princípios, e por isso amanhã devo seguir para a Corte (FONTOURA, 1985, pp. 143-145).

Informação que desmente, inclusive, a “lenda” de que, após o revés de Porongos, em represália, Canabarro e seus seguidores teriam suspendido as negociações de paz com Caxias, “num gesto de desassombro e altivez”.

A indignação de Bento Gonçalves com Canabarro, após o combate de Porongos, pode ser medida pela carta que envia ao amigo Silvano, datada em 27 de novembro de 1844, onde afirma que os:

[...] caminhos indispensáveis por onde tinha de avançar eram tão visíveis que só poderiam ser ignorados por quem não quisesse ver nem ouvir, ou por quem só quisesse ouvir a traidores, talvez comprados pelo inimigo!!! [...] Perder batalhas é dos capitães e ninguém pode estar livre disto; mas dirigir uma massa e prepará-la para sofrer uma surpresa semelhante (...) é (...) covardia do homem que assim se conduz (SILVA, 1985, p. 256).

Ivo Caggiani – autor que discorda da opinião de que David Canabarro urdiu uma traição no combate de Porongos – cita trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues onde este reconhece que Canabarro desarmou os lanceiros negros na noite que antecedeu o ataque, apresentando explicações extremamente fantasiosas para justificar tão estranho comportamento de alguém que, mesmo informado da aproximação do *Moringue*, preferiu não precaver-se e ainda retirou as armas dos lanceiros negros. Também a carta secreta de Caxias a Chico Pedro, tramando o massacre, é explicada por Ferreira Rodrigues como uma artimanha de Chico Pedro para desmoralizar Canabarro e causar a cizânia entre os farroupilhas. Mas, o próprio Ferreira não esconde a sua perplexidade e pergunta: “Por que Canabarro nunca se defendeu, [...] desmentindo esse documento, contentando-se em dizer: - O tempo me há de justificar! Por que Caxias, depois da paz, nunca o defendeu, desmentindo a intriga de Chico Pedro? Por quê?” (CAGGIANI, 1992, p. 245).

Havendo tempos antes, Chico Pedro aprisionando um oficial de Canabarro, este pediu-lhe que não o deportasse, poupando-lhe os trabalhos e misérias que iria sofrer. Chico Pedro disse que só o soltaria com a condição de ir trabalhar a favor do governo com a infantaria republicana, onde encontraria companheiros. Perguntando-lhe o prisioneiro quem eram eles, Chico Pedro disse-lhe que isso era a chave do segredo, mas que fosse trabalhando, que eles haviam de aparecer. O oficial recusou indignado. Chico Pedro, fingindo-se comovido com as suas súplicas, soltou-o depois, sem lhe falar mais nisso. O oficial, chegando ao acampamento republicano relatou a proposta ao General Netto, que a comunicou a Canabarro. Este, pretextando a necessidade de substituir o cartuchame velho, mandou recolhê-lo, dizendo que distribuiria outro, demorando porem a entrega. (CAGGIANI, 1992, pp. 244-245).

Evidentemente, é pouco plausível que Caxias tivesse qualquer interesse em desmoralizar David Canabarro, o líder farrapo em quem mais confiava e com quem contava para convencer os demais chefes a

aceitarem a paz. Quanto a Chico Pedro, seria a pessoa menos interessada em divulgar uma versão que lhe tirava todos os méritos de uma grande vitória como a de Porongos.

Analisando a justificativa apresentada por Alfredo Ferreira Rodrigues para colocar em dúvida a referida carta do então Barão de Caxias a Chico Pedro, o autor da coletânea de ofícios de Caxias, publicada em 1950, pela Imprensa Militar, no Rio de Janeiro, às pp. 147-148, afirma em nota apensa: “*a defesa de A. F. Rodrigues de Canabarro me parece fraca. Julgo o documento legítimo, pois Francisco Pedro não teria nenhuma conveniência em divulgar um documento que lhe tiraria todas as honras de uma estrondosa vitória, como foi julgada a surpresa de Porongos*” (WIEDERSPAHN, 1980, p. 79). Da mesma forma, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul publicou a íntegra da carta de Caxias a Chico Pedro, sem colocar em dúvida, em qualquer momento, a sua autenticidade. Quanto a nós, pudemos ter em mãos e examinar pessoalmente o referido documento, que está guardada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, Caixa 6, Maço 22, documento CV-3730. O registro fotográfico do mesmo também pode ser visto em anexo nesta publicação, assim como a sua transcrição, de acordo com o AHRS.

Por tudo isso, apesar da controvérsia histórica em relação à “traição de Porongos”, a esmagadora maioria das evidências são no sentido da sua confirmação.

Poucos dias depois, ocorreu novo revés das armas farroupilhas: Teixeira Nunes e os remanescentes dos seus Lanceiros Negros foram enviados por Canabarro para executar uma ação altamente temerária (sobre a qual, pelo alto risco, também pairam suspeitas), na retaguarda inimiga:

Devia arrecadar impostos, e fornecer do necessário, a tropa, no distrito do Arroio Grande. Também devia, se possível, cair de chofre no imperial depósito de solípedes, de além do S. Gonçalo. Teixeira, ainda que presságio, houve-se com destreza. [...] Notando estar agora inteiramente cortado do exército, buscou reunir as suas partidas volantes para distanciar-se [...] Efetuada a incorporação, e já cobradas as taxas na aldeia supra e costa do Chasqueiro, movia-se o contingente revolucionário em franco recuo para noroeste, quando a sua desfortuna o pôs nas unhas de um dos mais bravios filhotes do possante condor, ávido de substância farrapa, que voava e revoava, nesse departamento da República. Acampava, a 26, perto de Canudos, e Fidelis, o indicado subalterno e bom discípulo, caiu de improviso sobre os retirantes. [...] Assistiu-se aí à exata miniatura do que se vira em Porongos: total e ruinoso destroço. Sucumbiram muitos sob o ferro legalista, divulgando a apologia dos Abreus que, entre os mortos na surpresa, se contara o nobre Teixeira, ilustre entre os mais ilustres pugilistas do áureo decênio. Mais uma inverdade escandalosa, disseminada pela turba dos vencedores. É falso! “Prisioneiro, foi assassinado” (VARELA, 1933, pp. 258-259).

Cláudio Moreira Bento também confirma o assassinato de Teixeira Nunes, já ferido:

O final do maior lanceiro farrapo foi assim descrito por [...] Manoel Alves Caldeira [...] Por ordem de Canabarro, após Porongos, Teixeira Nunes foi acampar no arroio Chasqueiro. Aí foi a procurá-lo Chico Pedro, em 26 de novembro de 1844. Chico Pedro marchava pela estrada real em direção do passo onde se achava Teixeira Nunes – o seu inimigo dos mais temíveis e respeitados [...] O inimigo carregou sobre a força de Teixeira Nunes que não podendo sofrer as cargas foi derrotada e perseguida de morte em morte. O cavalo de Teixeira Nunes foi baleado e assim mesmo ele seguiu defendendo-se com sua lança. Mas foi também baleado com a dita lança e não podendo mais manejá-la, foi rodeado pelos que de mais perto o seguiam e deram-lhe um tiro em uma coxa. A seguir caiu do seu cavalo, ocasião em que chegava Chico Pedro ao qual disse – Coronel não me deixa matar. Chico Pedro seguiu e virando a cara para o lado disse: – Não matem o homem. Teixeira tinha feito um sinal de socorro e morreu. (BENTO, 1992, pp. 176-177).

Após a "Surpresa dos Porongos", aceleraram-se as tratativas de Paz. A questão do destino a ser dado aos negros farrapos era uma das questões mais intrincadas a equacionar. David Canabarro e Vicente da Fontoura, da mesma forma que os imperiais, trabalharam para que o problema fosse resolvido através do desarme dos negros farrapos e do seu afastamento da província. O artigo 5º das *Instruções Reservadas* (datadas de 18 de dezembro 1844), enviadas a Caxias, estipulava: “*os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentados serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino*”.(WIEDERSPAHN, 1980, p. 13). Em ofício a Chico Pedro, datado de 15 de janeiro de 1845, Caxias refere que os farrapos “*pediram-me, por intermédio do Fontoura, licença para se reunirem todos em um ponto que eu quisesse marcar, a fim de aí deliberarem a sua dispersão e a entrega dos escravos.*” Caxias designou a Estância das Cunhas, no Ponche Verde, como o lugar onde ele receberia os

negros farrapos. De acordo com Alfredo Varela, Canabarro atua em completa cumplicidade com Caxias que dirá: “*David Canabarro [...] é hoje o chefe em cuja boa fé mais confio, e ele me promete ser o seu primeiro passo, logo que chegue ao ponto marcado, mandar entregar todos os escravos que ainda conserva em armas, e que formam sua principal força*”. Segundo Varela:

Revestido ainda com as insígnias do generalato emancipador, S. Exa. descera ao que soía fazer por dinheiro um desses ofícios auxiliares da autoridade e entregara ao marechal-presidente os pretos que mais de nove anos batalharam consigo! Quer dizer, concordava em que fossem reduzidos á sua ignóbil condição primitiva, os libertos, cujo fabuloso devotamento, cuja fera incontínência na arena guerreira, encheram de assombro a Garibaldi! [...] Graças à fraqueza do antes pujantíssimo David, os maravilhosos lanceiros, os estupendos caçadores, aríete e baluarte sem iguais da liberdade americana, passariam, da guarda e defesa do tricolor estandarte até aí imaculado, à senzala e ao eito! Com uma humilhação que até hoje abalaria a almas pundonorosas ou sensíveis, passariam, das planícies abertas, ao fechado recinto da imperial fazenda de Sta. Cruz, no caráter, não mais de escravos de seus antigos senhores, mas da Nação brasileira, que a aqueles entregaria o valor dos mesmos, para que continuasse intangível o sacro direito de propriedade! (VARELA, 1933, pp. 297-298).

Porém, o próprio Varela afirma que essa última traição aos negros farrapos não se consumou, na integralidade, pois Caxias – valendo-se do que dispunha o Aviso Imperial de 19.11.1838, que dizia que os libertos pela República Riograndense que se apresentassem ao serviço da legalidade seriam reconhecidos livres, sendo seus ex-proprietários indenizados – os teria levado para fora da província e libertado, o que, inclusive, lhe ocasionou fortes censuras da sociedade reacionária da época:

Sofreram, todavia, a predita humilhação; Canabarro separou 120 deles das suas fileiras, como quem faz um “aparte” de gado, e o rebanho de míseros o conduziram, os colaboradores do general, á presença de Caxias. Este, parece, os remeteu para fora da Província [...] mas seguiram, tudo o persuade, com a carta de alforria o a receberam ao chegar ao porto de desembarque. É o que se concilia de posteriores debates no parlamento (VARELA, 1933, pp. 297-298).

Ainda persistem dúvidas em relação ao destino final dos ex-escravos que lutaram nas tropas farroupilhas e foram entregues por Canabarro a Caxias. Ao que tudo indica, procede, porém, a opinião de Varela de que Caxias valeu-se das disposições que permitiam libertar os escravos que se entregassem, para alforriá-los. Nesse mesmo sentido apontam as investigações de Margarete Bakos, que analisa as discussões no Conselho de Estado acerca da indenização ao ex-proprietários:

Talvez uma das melhores fontes [...] seja as discussões no Conselho de Estado sobre a indenização aos proprietários cujos escravos lutaram ao lado dos farroupilhas. A longa polêmica que o assunto gerou finaliza com a decisão de estipular a quantia de 400\$000 para o pagamento da indenização aos proprietários. O interessante é que, a despeito do protesto de alguns conselheiros, que julgam irrisória a quantia face o preço do escravo negro para a compra, ela foi mantida com a argumentação de que “a quantia de 400\$000 não poderá com justiça considerar-se preço inferior ao merecimento daqueles escravos, atenta a sua inevitável desmoralização, que os fará insuportáveis aos seus senhores, e de nenhum valor no mercado” (DACANAL, 1985, p.94).

Varela também informa sobre acirrados debates no parlamento, sobre o tema, citando os "Anais" de 1845:

Joaquim Antão Fernandes Leão requereu, a 5 de maio, explicações a respeito (...) a um aviso que, diz, “não está nas coleções”, pediu copia do mesmo, cuja doutrina lhe parece “um atentado ao direito de propriedade” e acaba perguntando qual o numero dos escravos postos em alforria. Alvares Machado, que toma a mão no debate, reflexiona que o requerer esclarecimentos é desconhecível direito da oposição, mas, acha que o que fora justo mais tarde, agora não o é. Os escravos entregues pela revolução, foram libertados graças ao que estatui o aviso de 19 de novembro de 1838, cujo §3º “mandou que todos os escravos militarizados pelos rebeldes que se apresentassem às forças legais fossem avaliados e postos em liberdade, avaliados para pagá-los a seus donos”. Assim se fez (prosegue) com os da Bahia, na época da independência. Já se vê, conseqüentemente, que o marechal Caxias nada mais fez que cumprir a palavra do Imperador naquele aviso dado em face de todos. (...) Álvaro Machado expõe que os escravos a serviço da revolta, não tornam ao poder dos senhores, e que não excediam aqueles a 200, inclusos na soma os 120 que David entregou no ato da paz (VARELA, 1933, pp. 507-508).

Conclusão

Tudo o acima exposto, sobejamente documentado, nos mostra, em primeiro lugar, a enorme contribuição dos *Lanceiros Negros* – e dos negros em geral – à luta farroupilha. Contribuição que não se limitou à sua participação na resistência armada, mas que também se expressou nas mais variadas atividades produtivas e administrativas. Pode-se afirmar, sem medo de errar, que na ausência dessa contribuição, a República não resistiria por tantos anos ao domínio do Império.

Por outra parte, os fatos históricos nos indicam quão distante da realidade está a historiografia tradicional – laudatória dos “centauros (brancos) dos pampas” – que, ao mesmo tempo que “esquece” a decisiva participação dos negros na luta farroupilha, idealiza o espírito “libertário” e “emancipador” dos grandes fazendeiros que hegemonizaram a luta pela Federação e pela República na então Província de São Pedro, ignorando suas contradições frente à questão servil e negando episódios como a traição de Porongos.

Da mesma forma, a investigação nos mostra a insuficiência de certas interpretações superficiais – que muitas vezes beiram o panfletarismo – incapazes de compreender o caráter historicamente progressista da luta pela República e pela Federação, e contra o Império escravista centralista. Caráter progressista que explica a forte adesão à luta farroupilha de escravos, negros libertos, mestiços, índios e “pobres do campo”.

Tais análises, de caráter anacrônico, além de não perceberem as profundas contradições entre os líderes farroupilhas, reduzem a questão unicamente à direção dessa luta pelas oligarquias rurais gaúchas, desconhecendo o momento e as condições históricas em que ela se deu, que inviabilizavam uma hegemonia dos setores populares. Seria o mesmo que negar o caráter progressista da luta pela independência das colônias inglesas da América do Norte, por ela ter sido dirigida por grandes proprietários de terras e pela incipiente burguesia norte-americana. Ou negar o caráter progressista da revolução francesa porque ela foi hegemonizada pelo “Terceiro Estado”, ou seja, pela nascente burguesia francesa.

Assim, a avaliação equilibrada dos fatos nos indica, em primeiro lugar, que a participação dos negros na revolução farroupilha foi proeminente e decisiva, sendo vista por eles como um caminho para a conquista da sua liberdade. Nesse sentido, é importante ressaltar que os farroupilhas – seja pelas exigências da luta militar, seja pelas particularidades da escravidão no Rio Grande do Sul – não titubearam em alçar em armas e incorporar nos seus exércitos os escravos que libertavam, à diferença de outras revoltas da mesma época pelo Brasil afora, onde as elites não tiveram a coragem de fazê-lo. Mas, ao mesmo tempo, os líderes farrapos, por suas limitações de classe, não foram capazes de dar o passo seguinte, a total abolição da escravidão. O que, possivelmente, lhes teria garantido a vitória. Nisso pesaram as divisões entre os próprios farroupilhas, já expostas anteriormente.

Por fim, a investigação nos comprova que o Combate de Porongos decorreu de um acerto entre Caxias e Canabarro, com o objetivo de: 1) Eliminar o maior número possível de *Lanceiros Negros*, minimizando o problema criado pela exigência dos líderes farroupilhas de libertação dos negros que lutavam no Exército Farrapo; 2) Causar uma derrota estratégica às forças republicanas, removendo as últimas resistências à deposição das armas e à concertação da paz.

Impõe-se a reparação histórica dessa traição.

Da Resolução N.º 2.990, de 12 de Julho de 2007

Atendendo as orientações da Resolução n.º 2.990, de 12 de julho de 2007, que alterou o inciso IX do art. 166 do Regimento Interno desta Casa, anexamos fotografias que identificam o bem, cópia da matrícula do local no Registro de Imóveis, a delimitação geográfica da área a ser declarada patrimônio histórico e cultural, documento relativo ao órgão central do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Neste sentido ainda cabe ressaltar os seguintes pontos:

Aquisição de três hectares em Porongos pela Prefeitura do Município de Pinheiro Machado

Em 07 de julho de 2004, através de uma desapropriação por convenção amigável, o município de Pinheiro Machado adquiriu por escritura pública uma gleba de terra, com área superficial de três hectares, localizada no Sítio denominado Porongos.

A aquisição da área tem como objetivo preservar a região para que as futuras gerações possam livremente visitar, reverenciar e organizar atos, reflexões, ações e atividades no local que, em última análise, simboliza a história dos Lanceiros Negros.

Concurso Público Nacional para o Memorial aos Lanceiros Negros em Porongos, promovido pela Fundação Cultural Palmares

Em 14 de novembro de 2005, na abertura da semana da consciência negra, o Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares e o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul lançaram o Concurso Público Nacional para o Anteprojeto do Memorial dos Lanceiros Negros, na localidade de Porongos, e para o Monumento aos Lanceiros Negros, no Parque Farroupilha, em Porto Alegre.

O Concurso foi aberto à participação de todos os profissionais habilitados e em situação regular perante o Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA), residentes e domiciliados no Brasil.

O objetivo do certame foi selecionar o melhor projeto arquitetônico para um Memorial a ser erigido em homenagem aos “Mártires que tombaram neste Sítio Histórico” no Sítio Histórico de Porongos e um monumento a eles no Parque Farroupilha em Porto Alegre.

As condições gerais do Concurso foram definidas por uma Comissão Deliberativa, composta por representante do promotor Fundação Cultural Palmares (MinC), representantes dos co-promotores Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul – SEDAC, Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, um representante das Entidades do Movimento Negro, um representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, um representante de entidades diversas, e um representante do organizador, Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB – RS.

De acordo com a Comissão Julgadora, o projeto vencedor para o Memorial respondeu com êxito e funcionalidade as seguintes características: trouxe uma análise do território regional feita com competência; promoveu uma interferência do monumento à paisagem do cerro de Porongos – local onde será erguido, no interior do município de Pinheiro Machado – sem interferir em demasia na paisagem da área. Baseou-se na resolução de uma forma óbvia porém rica, bem feita e criativa, com domínio de todas as escalas envolvidas, revelando conhecimento de temas ligados à cultura e ao meio-ambiente. A lança negra suspensa entre a terra e o solo, sem estar cravada, cria uma relação entre o sagrado e o profano, o divino e o humano, remetendo à relação entre a terra e o céu como um retorno simbólico.

O fato do concurso ser de nível nacional demonstra a importância do Sítio Histórico de Porongos, não só para o Rio Grande do Sul, mas para todo o Brasil.

Isto posto, com base nos argumentos aqui elencados, não podemos negar a relevância de Porongos como Patrimônio Histórico e Cultural para o Rio Grande do Sul. Aguardamos com otimismo a acolhida da matéria pelos Senhores e Senhoras Deputados e contamos com seus votos favoráveis para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2007.

Deputado(a) Raul Carrion